

SER DONO DE CASA É UMA QUESTÃO DE GÊNERO?

BE MEM HOUSEKEEPERS IT'S A MATTER OF GENDER?

ZULEIKA CÂMARA PINHEIRO¹, MÁRCIA PINHEIRO LUDWIG²,
ANA LOUISE DE CARVALHO FIÚZA³ E MARIA DE FÁTIMA LOPES⁴

Recebido em: 15/04/2011

Aprovado em: 04/11/2011

RESUMO

Se o espaço doméstico inscreve noções de feminilidade, seria possível que os homens se identificassem com esse espaço? Poderia-se afirmar que existem homens donos de casa? O esforço deste artigo é o de tentar situar a problemática de gênero em torno das percepções, comportamentos e experiências masculinas na unidade doméstica. Este texto, que é parte de um estudo mais amplo, problematizou os discursos e as narrativas produzidos pelos processos culturais que atribuem o espaço da casa à mulher, deixando fora desse domínio comportamentos e ações masculinas acerca de suas experiências na dinâmica da casa. Partiu-se do pressuposto de que há uma onipresente hierarquia e assimetria quanto ao trabalho executado dentro de casa. Alguns homens conseguem dilatar o olhar para a importância das atividades domésticas, entretanto, não parecem haver incorporado a concepção de que as lidas domésticas dizem respeito também a eles. Para a maioria dos homens pesquisados neste estudo, as atividades domésticas, quando realizadas por eles, vêm carregadas de simbologias que incorporam pensamentos de “ajuda”, “favor”, “assistência”, “apoio” ou “auxílio” e de uma visão do trabalho doméstico como sendo “naturalmente” inerente às mulheres.

Palavras-chave: Gênero; Donos de casa; Masculinidades; Unidade doméstica.

ABSTRAT

As domestic environments are associated to femininity, could it be possible that men also identify themselves with these works? Is it possible to consider men as housekeepers? This article proposes an investigation about gender's conceptions concerning perceptions, attitudes and experience in male's domestic work. The study considers texts produced by cultural processes that assign domestic works to women, without considering men's actions and experiences on those activities. We assume that gender's hierarchy and asymmetry is present in every work done at home. Some men can recognize the importance of domestic activities and that such activities are extremely necessary. However, they can not understand that domestic environments should be shared with both female and male. For the majority of the men interviewed in this article, when they perform domestic activities, there also comes a depreciative connotation of “help”, “assistance”, “support” and “aid”. Furthermore persists the feeling that housework is “naturally” women function.

Keywords: Gender; Men housekeepers; Masculinity; Domestic unit.

¹ Mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa - UFV/MG, atualmente professora no Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal do Ceará - UFC/CE. e-mail: zuleikacamara@yahoo.com.br

² Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo - USP, professora no Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa - UFV/MG. e-mail: marciap@ufv.br

³ Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRJ, professora no Departamento de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa - UFV/MG. e-mail: louiseifuza@ufv.br

⁴ Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, professora no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa - UFV/MG. e-mail: mflopes@ufv.br

1 Introdução

A unidade doméstica ocupa uma função importante na vida cotidiana familiar, e esta, enquanto ambiente estrutural construído através das relações sociais, revela-se como um lugar que abriga representações simbólicas estabelecidas pela cultura, dando legitimidade a uma série de narrativas, falas, pensamentos e discursos como sendo um “lugar de mulher”. O que se constata, no imaginário popular, é que há uma simbologia na qual é “natural” as mulheres se ocuparem da administração e da organização da unidade doméstica, como se elas nascessem com uma biologia já moldada, adaptada e preparada para as habilidades, aptidões e destrezas necessárias à execução das tarefas domésticas. Dentro dessa lógica, o trabalho das donas de casa, muitas vezes, é incorporado, por elas mesmas, como sendo um trabalho “só” delas.

Considerando-se o lugar que as donas de casa ocupam dentro da unidade doméstica, com suas habilidades e suas disposições para as lidas caseiras, podem-se, então, afirmar que tais lidas são afazeres essenciais para a reprodução social, sendo conseqüentemente um trabalho. Condé (2008) argumenta que, na sociedade industrial, capitalista e globalizada, é como se o trabalho determinasse a subjetividade a partir da ocupação, produção e profissão. O fazer direciona, indica e recomenda quem cada um é dentro do socius. Nesse sentido, ser uma dona de casa é uma inconveniente referência, já que essas mulheres não são remuneradas, não são profissionais, e o trabalho que executam em casa é socialmente transparente, não havendo reconhecimento e, muito menos, participação na economia do país.

O que se constatará é que há uma lógica de relação desigual entre mulheres e homens quando da execução das tarefas domésticas. Se o doméstico inscreve noções de feminilidade, seria possível que os homens se identificassem tam-

sões, não há como fugir da afirmação de que a unidade doméstica diz respeito também aos homens. Então, outros questionamentos pareceram instigantes, quais sejam: se os homens estão mudando - como aponta a mídia escrita e televisionada - e supostamente modificando suas atitudes e suas concepções relacionadas à sua vida cotidiana, bem como adquirindo novos hábitos em suas responsabilidades com a casa, será que eles incorporam a mesma vivência do dia a dia do trabalho doméstico, trabalho este predominantemente conferido às mulheres? Quais percepções os homens possuem sobre a unidade doméstica e sobre o trabalho doméstico, tão socialmente desvalorizado? O que leva efetivamente os homens a se afastarem das lidas domésticas?

O que se gostaria de reter dessa discussão é que problematizar a questão das lidas domésticas e das categorias (donas de casa, empregadas domésticas, diaristas e donos de casa) é de fundamental importância para a compreensão das marcas de gênero que perpassam tanto a unidade doméstica, como as relações familiares de modo geral. Deste modo, problematizar esse espaço em conexão com os homens seria, no mínimo, revelador tanto de enunciados e discursos de permanências de práticas culturais, que deixam cada vez mais cristalizada marcas de gênero, como de deslocamentos de vivências masculinas cotidianas.

Este texto aborda a relação dos homens com a unidade doméstica, com um recorte de gênero, tomando como foco de análise a concepção da ligação das masculinidades com o trabalho doméstico, no sentido de encontrar a configuração de homens donos de casa. Tal relação é caracterizada pela assimetria na realização desse trabalho. Assim sendo, equalizar as atividades domésticas como trabalho de homens e de mulheres é, pois, uma tarefa um tanto conflituosa e intrincada, posto que, para a maioria dos homens, o trabalho doméstico, quando realizado por eles,

vem carregado de simbologia nas quais são incorporados pensamentos e discursos de que, quando realizado por eles, o trabalho doméstico se inscreve como sendo algo de “ajuda”, “favor”, “assistência”, “apoio” ou “auxílio”. Além disso, é incorporada uma conotação de ser um trabalho “natural” das mulheres.

Nas análises a seguir, foi adotado como pressuposto o fato de que há uma onipresente hierarquia quanto ao trabalho executado dentro de casa. Com efeito, a unidade doméstica, o lar, a família, o grupo doméstico ou a casa podem ser considerados lugares de campo de forças sociais, de onde partem variadas expressões, manifestações, revelações e enunciados que reforçam marcas, hierarquias e poder de gênero.

Seguramente, a abordagem sobre homens e sobre casa parece se perder na retórica de discursos conservadores que colocam o homem como um apêndice da família e da unidade doméstica, sempre tangenciando o ambiente familiar, do qual não faria parte. Essa retórica se cristaliza no pensamento conservador e arcaico de uma visão do senso comum, que mantém o status quo de que é “natural” o homem não gostar, não cuidar, não se importar e não se interessar pelas “coisas de casa”.

Importa ressaltar que a complexidade do tema faz com que se caminhe por um “campo minado”, já que as discussões epistemológicas feministas sobre os estudos de gênero não são de fácil compreensão, haja vista que o tema “masculinidades” comporta várias interpretações, além de não lograr de grande visibilidade nos núcleos acadêmicos de pesquisa. Há a ciência ainda de que, como essa temática foi pouco explorada, corre-se o risco de deixar fora das análises algumas questões que possam, por ventura, escapar à percepção do presente trabalho.

As discussões em torno de como os homens percebem, articulam e vivem as lidas domésticas possivelmente contribuiriam com as reflexões do atual debate sobre os estudos de gênero, haja

vista que a proposta do texto é dilatar o olhar destes, descentralizando-os das mulheres e abordando também os homens e as masculinidades. A intenção primeira é que o texto possa fornecer futuras análises, apreciações, críticas e avaliações acerca das relações homens, mulheres e da unidade doméstica. Nesse sentido, Matos (2008) argumenta:

É possível uma ciência que seja reflexiva e possa colaborar na árdua tarefa política e social de reconstrução de cenários de interação e sociabilidade humanos mais equânimes, mais simétricos, mais responsáveis, e quem sabe, mais democráticos em termos de gênero, raça, geração, etc? (MATOS, 2008, p. 353).

Com efeito, gênero revela estar imbricado não somente com estudos “de”, “sobre” e “para” mulheres, mas com outras proposições do sistema simbólico, como as masculinidades. Logo, sendo a casa um espaço de homens e de mulheres, este estudo levanta questões sobre a “naturalização” do espaço doméstico como “lugar das mulheres” e sobre o fato de que ser dona de casa ou dono de casa em nada infama, mancha, denigre ou suja a imagem, representação ou jeito de ser homem ou mulher.

A intenção deste trabalho é produzir não somente um texto científico que ofereça ancoragem teórica, sendo apenas uma extensão da problematização do nosso objeto de estudo. Desde o início, tem-se a intenção de alimentar o debate sobre masculinidades, pois, apesar das mudanças sociais, esta continua sendo um lugar simbólico bastante valorizado e reivindicado. Assim, é imperativo que se reflita sobre o que está em xeque, ou seja, sobre os critérios de avaliação, julgamento, percepção, valores e classificação que as práticas discursivas e os dispositivos de gênero e de poder atribuem aos espaços e às arenas do mundo social. O que possivelmente torna este texto original é o fato de que não se tem, especificamente, estudos cientí-

ficos que tratem da temática: homens donos de casa com recorte de gênero.

A busca por homens donos de casa deu-se por meio de uma pesquisa realizada na cidade de Fortaleza/CE, cuja amostra foi baseada no seguinte critério: a seleção de homens adultos que tivessem alguma responsabilidade com a casa, seja financeira ou seja administrativa. Realizaram-se entrevistas com 20 (vinte) homens, os quais a idade variou de 31 a 76 anos. A escolha da cidade de Fortaleza como área de estudo deveu-se à proximidade já existente com os homens pesquisados para a construção de uma “rede de informantes” – network. Essas networks foram ampliadas por meio da metodologia chamada “bola-de-neve” - Snowball. Segundo o antropólogo norte americano H. Russel Bernard (1996), essa é uma técnica em que alguns informantes são previamente identificados e, após serem pesquisados, estes são solicitados a indicar possíveis novos informantes, formando assim uma network. Para Heilborn (2004), a network possibilita sistematizar formas básicas de interação social, possuindo certos mecanismos próprios. A network tem sido empregada para delinear uma “unidade sociológica que se diferencia de um grupo por não possuir demarcações nítidas nem objetivos explícitos”. O que se articula dentro da network são as conexões entre seus indivíduos, criando-se um conjunto de pessoas que podem estar conectadas por laços de parentesco, de amizade e de vizinhança, entre outros.

Por fim, ressalta-se que o sugerido conceito de “homens donos de casa” não adquire aqui uma conotação de poder, de hegemonia ou de dominação (atitude que permeiam o contexto sócio-cultural, sendo incorporada por muitos homens), mas sim de categorização de atitudes e de comportamentos sintonizados com o conceito de “mulheres donas de casa”, conferindo à execução do trabalho doméstico uma perspectiva equiparada, compartilhada e culturalmente reconhecida.

2 Gênero: um conceito provocador e inquietante

É interessante de se pensar como a questão teórico-metodológica traz, ao centro do debate, os diversos campos de estudos das relações de gênero, especificamente a abordagem sobre masculinidades. Para o antropólogo Miguel Vale de Almeida (1998), deve-se tomar cuidado com essa abordagem, pois, segundo ele, não se pode assumir a atitude de vitimizar os homens, que estão “socialmente no poder”, como também não é devido utilizar a ideia de “masculinismo” em simetria ao feminismo. O que se destaca nos estudos sobre masculinidade é o sentido que a temática vai propor ao “quadro da teoria social feminista e antropológica em geral”.

Pensando neste sentido, Welzer-Lang (2004) argumenta que ao serem estudados os homens e as masculinidades, deve-se incluir, nas análises, a concepção dos efeitos das relações sociais nas representações e nas práticas masculinas, pois a categoria “homem” só existe, como grupo ou como camada social, em relação estrutural com as mulheres e vice-versa. Welzer-Lang (2004) defende a ideia de que tanto homens como mulheres ainda possuem uma instrução distinta que exprime, enuncia e define certas práticas sociais de diferenciação. Mesmo sendo homem e dominante, este passa também pelo crivo de hierarquização masculina, pois nem todos os homens têm os mesmos privilégios, o mesmo poder, a mesma camada social ou a mesma orientação sexual. Da mesma maneira, também não os têm todas as mulheres.

Importa esclarecer que a abordagem proposta neste estudo confere ao gênero uma maneira de indicar e de expressar diferenças que perpassam todo o contexto social, sendo percebido, portanto, como uma categoria analítica relacional. Articular conceitos, concepções, valores e ideias acerca dos homens e das masculinidades, em con-

xão com a unidade doméstica com recorte de gênero, sem revisitar o debate do pensamento feminista é, no mínimo, um descuido, já que este balizou as discussões dos estudos de gênero nas Ciências Sociais em diálogo com os estudos sobre masculinidades.

Para compreender a complexidade de análises sobre o conceito de gênero, foi feita uma incursão nas diversas concepções teóricas que apresentam alternâncias e desconstruções em suas abordagens. Estas decorrem dos estudos feministas, cuja discussão desloca seu objeto de estudo empírico “mulher” para o objeto teórico “gênero” (PEREIRA, 2004).

O ponto de partida são as discussões apresentadas na Introdução do artigo *Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica* (1990), da historiadora feminista americana Joan W. Scott. A autora trará dinamicidade aos padrões disciplinares, ao propor discussões e reflexões quando argumenta que gênero, além de descritivo, deve ser usado como instrumento analítico. Ao esquadriñar o conceito, Scott (1990) faz uma articulação entre as concepções de gênero e a dinâmica histórica da sociedade, tornando-se uma importante teórica sobre o assunto, com sua obra introduzindo o uso da categoria gênero nas discussões feministas e alcançando grande repercussão no Brasil. O gênero traz, assim, uma vantagem às discussões das Ciências Sociais ao propor uma mudança nos paradigmas epistemológicos tradicionais, proporcionando novas interpretações históricas e novos olhares sobre as relações entre homens e mulheres.

No artigo acima citado, a autora problematizará três concepções teóricas fundamentais dos estudos de gênero: a primeira, um empenho feminista que se aventura a explicar as origens do patriarcado; a segunda, pautada numa visão marxista; e a terceira teoria, uma abordagem dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias de relação com o objeto, fundamentada em diversas escolas de psicanálise para explicar

a produção e reprodução da identidade de gênero do sujeito. Tais abordagens destacam a necessidade de considerar as diferenças socialmente construídas em função das características biológicas.

Por certo, para Scott, essas três abordagens apresentam algumas lacunas. Porém, a historiadora, ao longo do texto, alinhava suas análises e faz uma reflexão dentro dessas três posições, aludindo que o gênero se refere à oposição masculino-feminino, apontando, ao mesmo tempo, seu sentido. A autora critica a tendência binária de masculino/feminino que, sendo fixa e imutável, centra-se num sujeito individual universalizante. Dessa forma, a oposição dicotômica e o processo social das relações de gênero tornam-se, ambos, partes do sentido do próprio poder. Colocar em questão ou mudar um aspecto desse processo social das relações de gênero ameaça o sistema por inteiro. A autora assegura que:

Trata-se de exemplos de ligações explícitas entre o gênero e o poder, mas estas constituem apenas uma parte da minha definição do gênero como um modo primeiro de significar as relações de poder. Frequentemente, a atenção dedicada ao gênero não é explícita, mas constitui, no entanto, uma dimensão decisiva da organização da igualdade e desigualdade. As estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre homem e mulher (SCOTT, 1990: 18).

Scott propõe sua definição de gênero com base em dois enunciados: gênero é constitutivo de relações sociais instituídas sobre diferenças entendidas pelos sexos, e gênero refere-se ao primeiro modo que dá significação às relações de poder. Essa definição comporta quatro elementos fundantes. Primeiro, os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas. Segundo, a normatividade que evidencia

as traduções dos símbolos, que regulam, limitam e contêm suas “possibilidades metafóricas”. Terceiro, o desafio de superar a “noção de fixidez”, no sentido de desvendar os discursos que produzem uma constante aparência de que gênero, possui uma representação binária. Por fim, a autora sugere que gênero “é uma identidade subjetiva”. Scott ressalta também que esses quatro aspectos não operam separados; porém, também não atuam simultaneamente, como se cada um fosse reflexo do outro. A questão está em saber quais as relações e as interações existentes entre os quatro elementos. Seu esforço foi o de buscar classificar e concretizar essas noções, a fim de pensar como os quatro elementos se articulam nas relações sociais e institucionais.

Scott afirma que a categoria gênero não surge por meio de um sistema de pensamento, como o conceito de classe em relação ao marxismo, mas deriva, sim, de um campo profundamente diverso, refutando o determinismo biológico no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. Por conseguinte, gênero indica aspectos relacionais das definições normativas de feminino e de masculino. O termo era proposto pelas feministas que defendiam que os estudos “sobre” mulheres transformariam os paradigmas das disciplinas, o que de fato ocorreu. Assim, gênero abrange um complexo conjunto de posições teóricas.

É nessa linha de raciocínio, sobre as várias concepções teóricas do conceito de gênero, que se destaca a perspectiva de Piscitelli (2004), em seu texto *Reflexões em Torno do Gênero e Feminismo*. Esta faz um delineamento do conceito, considerando seus deslocamentos e seus recortes teóricos, afirmando que o conceito de gênero “foi elaborado em um momento específico da história das teorias sociais sobre a diferença sexual”. A autora ressalta ainda que, considerando seus pressupostos, o conceito de gênero foi inovador em vários sentidos, sendo gestado a partir do pensamento feminista. Para Piscitelli (idem), esse pensa-

mento observava todos os aspectos da vida social e trabalhava com uma ideia global e unitária de poder: “o patriarcado”. As instituições patriarcais seriam aquelas desenvolvidas no contexto da dominação masculina. No entanto, o conceito de patriarcado foi perdendo força à medida que seu entendimento estava dentro da lógica da dominação masculina, sendo um sistema opressivo compreendido “quase como uma essência”. Dessa discussão, o que ficou de importante é que o patriarcado, como explicação da origem da subordinação da mulher, serviu para demonstrar que esta submissão não era “natural”.

As bases do conceito de gênero tiveram ancoragem num quadro de muita exaltação intelectual, e o conceito surge como uma alternativa ante o trabalho com o patriarcado, sendo:

[...] produto, porém, da mesma inquietação feminista em relação às causas de opressão da mulher. A elaboração desse conceito está ligada à percepção da necessidade de associar essa preocupação política a uma melhor compreensão da maneira como gênero opera em todas as sociedades, o que exige pensar de modo mais complexo o poder. Vemos, assim, que as perspectivas feministas que iniciaram o trabalho com gênero mantêm um interesse fundamental na situação da mulher, embora não limitem suas análises ao estudo das mulheres (PISCITELLI, 2004. p. 52).

Inicialmente, a abordagem de gênero comportava a ideia de uma variável binária, que indicava uma “essência” contida em homens e mulheres. Contudo, percebendo que essa abordagem tinha suas lacunas, algumas pesquisadoras que estudam a temática se afastaram de tais conceitualizações dicotômicas e estáticas. O que essas teóricas vão constatar é que as dicotomias rígidas não observavam a complexidade e as contradições do tema, pois gêne-

ro carrega e adquire, no cotidiano, uma teia de significados e de interpretações. Sob esse enfoque, as pesquisadoras não percebiam os sistemas sociais com suas estruturas, que “ao mesmo tempo, impõem e abalam divisões e limites entre homens e mulheres” (COSTA, 1994).

Numa outra perspectiva, a da “teoria dos papéis”, Costa (1994) propõe uma reflexão na qual destaca que algumas teóricas, em vez de entenderem que homens e mulheres não são opostos, optaram por destacar o caráter social do gênero, conferindo a este o conceito de “papel” que os indivíduos assumiriam na sociedade. A autora cita as considerações de Carrigan et al (1985), propositoras de uma visão teórica que sustenta que, através da socialização, homens e mulheres aprendem a internalizar identidades específicas ao desempenhar papéis. Assim, masculino e feminino assumem “representações de papéis”, usados como um ideal normativo de comportamento. A teoria dos “papéis de gênero” percebe a mudança social como acontecendo para cada gênero, e não como surgindo de dentro das próprias relações sociais.

Para Costa (1994), as teorias dos papéis de gênero não comportavam as questões de poder e de desigualdade, pois, ao evidenciar opostos, desviavam sua atenção da complexidade das relações sociais. O gênero, portanto, se situa melhor em termos sociais e políticos, referenciando formas locais e específicas de relações e desigualdade social.

Um ponto crítico da teoria dos papéis sociais assenta sobre a reflexão da vivência de um exclusivo modelo de pessoa masculina que, embora dissociada do modelo essencialista, tinha uma visão universal e funcionalista do papel de casa e de sexo no contexto social. O papel social é definido como constituidor de um modelo de desempenho ligado a uma dada posição social. Tal noção foi se cristalizando dentro das Ciências Sociais, sendo prontamente utilizada em relação ao conceito

de gênero. A partir dessa concepção, a ideia de “papel social” pressupõe um padrão de comportamento, que, aceito e reconhecido socialmente, passou a ser organizado em torno de uma diferenciação consensual dos papéis masculinos e femininos. O grande problema dessa noção de papéis sociais é que a mesma não distingue consistentemente “o que se espera que sejam as pessoas e o que elas realmente fazem”, sendo as variações de comportamento, porém, percebidas pelo meio social como desvios ou absurdos (FONSECA, 1998).

Pereira (2004) ressalta que gênero comporta várias concepções teóricas. Fazendo um delineamento do pensamento feminista com suas várias interpretações, a autora aponta os múltiplos caminhos das abordagens, ressaltando que há, contudo, um consenso de que gênero é uma categoria relacional, contextual, analítica e histórica e tem, em sua gênese, a desconstrução dos preconceitos que excluem e que “impõem papéis e lugares” de homens, mulheres e outros grupos confiscados enquanto sujeitos. A autora sugere que o conceito de gênero fundamenta-se no:

[...] culturalismo (os sistemas funcionalistas de parentesco e reprodução), no marxismo evolucionista (patriarcalismo e dominação masculina), no pós-estruturalista (sistemas simbólicos) e no construcionismo de gênero (visão pós-moderna) (PEREIRA, 2004. p. 196).

Pereira (2004) argumenta que o debate teórico em torno do conceito de gênero não é de compreensão tranquila e pacífica, pois, no desenho da produção dos discursos e das narrativas, as abordagens são comprometidas com “interesses, escolhas e sensibilidades que guiam direções teóricas”. Tais concepções estão aportadas nas explanações disciplinares de suas/seus autoras(es). O que se percebe é que os estudos feministas têm provocado inúmeras discussões na busca de uma melhor interpreta-

ção e revelação deste objeto de estudo. Em seu delineamento, Pereira situa o lugar das posições e das posturas de várias autoras, aproximando suas abordagens teóricas e analisando se estas abordagens estão fundamentadas no sistema sexo/gênero proposto por Gayle Rubin, ancoradas no conceito de gênero como construto cultural arbitrário ou no construcionismo pós-moderno.

Outra questão que a autora coloca é que, embora a categoria gênero tenha atualmente um extenso campo de apoio, sua questão sobre “o centro conceitual dualista: natureza/cultura” não está ainda resolvida. Para as teóricas que estudam o conceito sob a perspectiva dos sistemas de sexo/gênero, a biologia existe, e não se tem como refutar tal fato teoricamente. Entretanto, para as teóricas que se fundamentam no caráter simbólico arbitrário, o gênero deve ser entendido como uma construção histórica cultural, desprendida, portanto, do biológico.

Nesse contexto de contradições, alternâncias e revezamentos, o conceito de gênero toma um sentido contrário. Butler (2003) rompe com a noção do sistema de sexo/gênero e propõe a ideia de sexo/gênero/desejo, onde gênero assume a noção de performatividade. No sentido de superar o ponto crítico - natureza/cultura - do conceito de gênero, Butler propõe, através de suas ideias desconstrutivistas, a superação desse binarismo sem, no entanto, cristalizar-se num processo conclusivo. Para a autora, o gênero tem um caráter in fluxu e adquire uma espécie de corpo, uma “performance” de viver o próprio corpo, assumindo-o de maneira a interpretar sua realidade cultural, carregada de sanções, tabus e prescrições. Esta realidade é percebida e interpretada na dinâmica do processo de desconstrução. Para Butler, não há uma concepção de corpo/sexo fora do construto cultural que é imposto sobre a matéria, o corpo não pode ser pensado fora desta normatividade que governa sua materialização e significação.

É a partir do corpo que o sujeito emerge. Este constitui a si mesmo através da conexão com o outro, que limita a regulação social e sustenta o desejo de existir. Desse modo, o sujeito se reitera ao longo de sua existência. Essa regulação social sugere que o sujeito pode ser somente mulher ou homem, sendo necessário, portanto, reconhecer-se num desses dois lugares. Com efeito, essa heterossexualidade compulsória toma o corpo de homem e de mulher como sendo o lugar das identidades. Entretanto, para Butler, não há veracidade nessa concepção, pois a identidade não é algo dado, mas sim um efeito que se revela na diferença. O gênero passa a ser entendido como uma performance, uma construção teatral e ocasional de sentido. Butler toma o campo da sexualidade como luta política e sugere que há necessidade de extinguir o binarismo dos sexos, permitindo, assim, a manifestação de novas possibilidades de constituição dos gêneros, o que resultaria em novas relações de poder. Ademais, o corpo performático e socializado demarca a masculinidade e a feminilidade, de modo que estas terão disposições para criarem identidades fluidas, ou seja, deslocadas.

Em seu artigo “Gender” for a Marxist Dictionary: the Sexual Politics of a Word, Donna Haraway (2000) cita os argumentos de Butler sobre a atuação dos sujeitos como um aprendizado estabelecido num campo de fronteiras e de possibilidades. A autora chama atenção para o fato do eu interior biológico, in nato ou adquirido culturalmente, ser uma ficção reguladora supérflua. Tal ficção reguladora aufere, ao conceito ocidental de gênero, uma condição de que a maternidade é “natural” e a paternidade é cultural. Haraway argumenta que o corpo não é amorfo e que sofre influência cultural, sendo carregado de significados. Assim sendo, seria impraticável separá-lo das interceptações políticas. Para Haraway o corpo está dentro de um campo de possibilidades de “tornar-se”.

Butler se aproxima do pensamento de Haraway ao sustentar a ideia de que o corpo é a superfície de um produto cultural, e que o sistema sexual binário atribui um modelo dado de existência corporal. Seguindo o pensamento foucaultiano, para a autora, o discurso é constitutivo, produtivo e performativo na medida em que o corpo recebe um distintivo, uma insígnia, uma marca de sexuado em um determinado contexto histórico. Para Butler (2003), os sujeitos são como uma categoria lingüística e, por conseguinte, seus corpos são dinâmicos e instáveis.

Piscitelli (2004) cita as argumentações de Haraway, que alude ao o gênero que encobre ou abafa outras categorias sociais, como raça, classe e nacionalidade, que surgem das “políticas de diferenças”. A grande questão é não tomar o gênero como uma identidade universal. Para Haraway (2004), gênero assume um poder explicativo e político se forem relativizadas e historicizadas outras categorias, de forma que o binarismo universal tome uma configuração de “teorias de corporificação articuladas, diferenciadas, localizadas e nas quais a natureza não fosse imaginada e atuada como recurso para a cultura, ou como sexo e gênero”.

Butler (2003) vai mais além ao argumentar que o sujeito não é uma entidade fixa, permanente e lógica, comportando a noção de “performatividade” e podendo gerar inúmeras possibilidades de identificações de gênero. Dito de outra forma, o sexo não é natural, e sim discursivo, como gênero.

Contraopondo as concepções teóricas do olhar ocidental do conceito de gênero, a antropóloga inglesa Marilyn Strathern (2006), em seu denso, instigante e provocante livro *The Gender of the Gift*, desconstrói conceitos já tão cristalizados no pensamento ocidental. A autora faz uma etnografia dos povos das ilhas da Melanésia, analisando as diferenças entre dádiva e mercadoria e atuação do gênero em diferentes contextos. Na Melanésia,

toda a organização da vida social é articulada pela troca de dádivas, de forma que é a circulação de mercadorias que formata as distinções nas relações sociais. Nesse contexto, o domínio se insere por quem determina as conexões e as desconexões cunhadas por tal circulação. Para os melanésios, o simbolismo de gênero cumpre um papel importante na conceituação da vida de homens e de mulheres. Strathern define gênero como sendo:

[...] aquelas categorizações de pessoas, artefatos, eventos, seqüências etc. que se fundamentam em imagens sexuais - nas maneiras pelas quais a nitidez das características masculinas e femininas torna concretas as idéias de pessoas sobre a natureza das relações sociais (STRATHERN, 2006. p. 20).

Situando-se aqui os argumentos de Strathern, observa-se que, para os homens e as mulheres Hagen, não há uma constância de estado como sujeitos e como objetos. Os Hagen são povos da província das Terras Altas da Papua-Nova Guiné, na Melanésia. Na sociedade Hagen contemporânea, os rituais de iniciação de puberdade não estabelecem diferença de gênero, não definindo os sexos através de cultos ou de rituais. As ações Hagen têm dinâmicas e projetos diferentes das sociedades ocidentais. No ocidente, a posição adequada de uma pessoa é a de dominar o seu “eu”, de adquirir e de manter uma identidade de gênero circunscrita como se fosse posse. Tal posse pode ser gerada através da cultura ou do nascimento. Na cultura ocidental, não ter a propriedade do “eu” é como não ser sujeito de fato, sem disposição e sem desempenho. Para os Hagen, o desempenho segue outros caminhos, como se as pessoas fossem arranjadas de elementos plurais, marcadas “por” ou “pelo” gênero, compartilhando suas vidas umas com as outras, recebendo e oferecendo cuidados, ajuda, apoio e

mantendo o fluxo dos elementos por meio do corpo (STRATHERN, 2006).

Diferente do ocidente, onde as relações de gênero são pensadas entre homens e mulheres, indicando-se uma diferenciação de classificação de elementos sociais “superiores” e “hierárquicos”, na Melanésia, essas relações são mutáveis e variáveis, de modo que as pessoas podem ser singulares e plurais, não se percebendo num mundo dual e dicotômico. O modo de pensamento dos melanésios não segue a lógica ocidental de classificação, mas sim de “justaposição”. Para os Hagen, a diferenciação tem um sentido de “expansões” ou “contrações”, e convertem cada um nas relações de gênero em múltiplo e em plural.

Para Piscitelli (2004), atualmente o que se vê é um amplo espectro de discursos sobre o conceito de gênero. Há uma alternância das críticas entre as abordagens de sexo/gênero, e encontrar outro caminho para este binarismo sem perder de vista a noção de gênero, ou “procurar categorias alternativas, uma vez que pensem o gênero como par inseparável, em uma distinção binária”, é de fato um grande desafio. Essa reformulação teórica que questiona o conceito de gênero está ligada à reelaboração de pressupostos teóricos e políticos feministas.

Rago (1998) argumenta que, após a entrada do feminismo na academia, “consagrado em todo mundo”, a temática da masculinidade surge em um novo solo epistêmico. Estudos históricos, antropológicos e sociológicos sobre masculinidades emergem a cada dia, com um recorte de gênero, e os homens também não são mais percebidos como sujeitos universais. Para Rago, o pensamento feminista abarcou uma dimensão política comprometida com a crítica e com a liberdade, trazendo a reboque do debate uma contribuição a fim de pôr em xeque as práticas de dominação masculina. O feminismo combateu a imagem universal do homem, desna-

turalizando posturas e pensamentos antes tão cristalizados.

A categoria “relações de gênero”, surgida no debate feminista, deslocou o pensamento de uma “filosofia do sujeito” para o “pensamento da diferença”, pois não é preciso masculinizar as mulheres em sua inserção na esfera pública, uma vez que a própria masculinidade perdeu seu status de “coronelato” (RAGO, 2004). Nesse sentido, observando o tema do presente estudo, ressalta-se que também não é preciso feminilizar os homens para que estes entrem na esfera doméstica.

Em outras palavras, não é necessário que os homens assumam posturas, atitudes e comportamentos femininos ou que adotem outra identidade para que sejam capazes de criar e de vivenciar novas experiências dentro da unidade doméstica. O que pode ser ressaltado dessa discussão é que o conceito de gênero não se refere apenas às mulheres, havendo o pensamento feminista forçando novas formas de redefinir também os homens e as masculinidades.

A abordagem de gênero assume uma posição de destaque quando dos estudos das relações sociais, pois foi a partir deste conceito que se passou a perceber as disposições das conexões de poder na vida social. Portanto, foi no marco do pensamento feminista, que “tem uma dimensão política profundamente crítica e libertadora”, que estas mudanças sociais ocorreram (RAGO, 2004).

Observa-se, através dessas reflexões, que as críticas advindas das discussões sobre gênero provocaram deslocamentos nos referenciais teóricos, distanciando-se, por fim, dos primeiros pressupostos de gênero. Deixando-se de lado os embaraços terminológicos, se pautados no pós-estruturalismo ou no pós-modernismo, as autoras comprometidas com essas linhas de desconstrutivismo compartilham posicionamentos afinados com a “produção de saber e significação como ato de poder” (PISCITELLI, 2004).

Assim, o alastramento desse debate teórico, no sentido de compreender a relação entre os sistemas de dominação e de produção de diferenças, colaborou com estudos sobre gênero, não mais centrados apenas nas mulheres, haja vista a incorporação acadêmica dos estudos de masculinidades e de teoria queer (PISCITELLI, 2004).

3 Narrativas masculinas

Pensando numa perspectiva de mudanças sociais, Ribeiro e Siqueira (2007) argumentam que o aparecimento de “um novo homem” traz um entendimento de deslocamentos de comportamentos e que, na atualidade, tanto homens quanto mulheres se afinam com a ideia de identidades deslocadas. O que será constatado são as resignificações construídas por esses sujeitos a partir de suas ações, atuações, intercâmbios e interações, dentro do *socius*, seja na rua, em casa, nas relações estabelecidas na família ou seja no trabalho, enfim, no seu contexto sócio-cultural.

Para Almeida (1995), as discussões instigadas pelo feminismo na Antropologia, pelo menos nos estudos de gênero, despertaram o interesse nos estudos sobre masculinidades. Segundo o autor, a teoria feminista é um marco nas Ciências Sociais, partindo do pressuposto de que há uma visão de mundo antes e outra depois do feminismo, o que acarretou em transformações nas práticas cotidianas sociais. Há uma combinação de paradigmas, na qual os contextos dos sujeitos constituem comportamentos diferenciados por gerações, camadas sociais e, especialmente, por trajetórias individuais, percebendo-se ainda mudanças sociais significativas tanto no campo da sexualidade, como no do gênero, ambos provocadores de outras interpretações acerca do corpo, sexo, emoções, sentimentos e da identidade individual.

Os estudos sobre masculinidades surgem com mais vigor a partir dos anos

80, nos países anglo-saxões. No Brasil, estes estudos ganharam força como produto do momento de transformações pelo qual os homens contemporâneos ocidentais vêm passando. Ao longo das últimas décadas, o que se percebe são estudos de gênero não mais centralizados nas questões da mulher, havendo atualmente um significativo interesse por temas que abordem também as masculinidades e os homens (CECCHETTO, 2004).

Os pioneiros nesses estudos foram os pesquisadores Robert Connell, T. Carrigan e J. Lee (1985). De acordo com eles, as lutas das mulheres para reverter as intenções sexistas e patriarcais não devem ser abandonadas quando das análises dos *men's studies*. Os estudos sobre masculinidades têm sido a tônica de vários trabalhos recentes, e estes incorporam inquietações no sentido de alterar o status quo da dominação masculina ou da masculinidade hegemônica em vários espaços (CECCHETTO, 2004).

Historicamente, a casa está fortemente atrelada à condição feminina e ao “mundo doméstico da mulher”, oferecendo um lastro de sustentação de sistemas de significados e de símbolos que são culturalmente operados nas práticas e nos discursos de homens e de mulheres. Tal fato se revela um desafio a ser compreendido, à medida que se remete ao tensionamento algumas vezes provocado pela execução do trabalho doméstico e às vivências familiares dentro de casa, tanto para homens como para mulheres. Certamente, a casa guarda íntima relação com o corpo e as necessidades básicas – de descanso, alimentação, higiene, segurança, abrigo, etc. Quando se ultrapassa a porta da frente, um “mundo doméstico” se abre, trazendo toda privacidade que será cúmplice das experiências familiares, dos desejos, dos sonhos, das emoções, dos sentimentos, dos laços afetivos e dos conflitos.

Dentre os 20 (vinte) entrevistados em nossa pesquisa, apenas 3 (três) não faziam nenhum tipo de atividade doméstica. Os 3 (três) moravam com a

família e tinham empregada doméstica. No entanto, todos afirmaram já ter realizado tarefas domésticas em outro momento de suas vidas, quando solteiros. A identificação das lidas domésticas vivenciadas pelos homens pesquisados, dentro de seus domicílios, foi bem variada: cozinhar, lavar louça, lavar e passar roupa, faxinar (varrer, arrumar e espanar), fazer supermercado, organizar o jardim, arrumar a casa, deixar e buscar filhos no colégio. Os resultados apontaram ainda que apenas 3 (três) homens realizavam todas as atividades domésticas, a saber: Célio, Luis e Marcos.

Célio mora com a segunda esposa e com o filho menor; Marcos é separado e mora sozinho - tem empregada doméstica; e Luis mora com esposa e filhos. E afirmaram que não se excluem de realizar tarefas de casa; contudo, ressaltaram que, em alguns momentos de suas vivências familiares, as tarefas são divididas. No caso de Célio e de Luis, as atividades são divididas com as esposas, e, no caso de Marcos, com a sua empregada doméstica.

Osmar, que é solteiro, e Jair, que é separado e mora com as três filhas (duas adultas e uma menor de idade), afirmaram que fazem todas as tarefas, exceto passar roupa. Na fala de Jair, que é aposentado, ficam bastante caracterizadas as marcas de gênero quanto às atividades executadas dentro de casa. Este afirma que:

[...] eu tenho hora pra fazer o almoço, porque minha filha sai 11hs do colégio, então eu tenho que ir buscar no colégio... Eu tenho que botar feijão já cedo no fogo é eu tenho que preparar o almoço às 11hs porque quando ela chegar eu já tenho que terminar e dê tempo de fazer alguma coisa, né? (JAIR, 57 anos).

Ainda que frequentemente se trate a unidade doméstica como um espaço das mulheres, a declaração de Jair revela o quanto as atividades dentro de casa são incômodas e enfado-

nhas. Ao falar, este se mostra enfático em ressaltar o quanto considera as lidas domésticas pesadas e assevera que “Não é porque eu faço, não... É porque eu vejo a dificuldade de muitas mulheres fazendo também. Porque isso tudo recai só sobre a mulher, como eu falei, a mulher pega o fardo grande” [grifo deste trabalho]. Sua narrativa reflete um pensamento constituinte de valores e de práticas que organizam os espaços e as relações familiares. O gênero, nesta fala, reforça a noção do senso comum de que “o fardo grande” é das mulheres, como se estivesse inscrito em seu corpo a “obrigação” para com as tarefas de casa.

Na fala de Célio, esse enunciado fica bem visível, pois, segundo ele, mesmo com todas as mudanças sociais ocorridas, principalmente nos grandes centros urbanos, e mesmo com a existência de homens cuidando da casa e administrando o lar, enfim, sendo possivelmente um dono de casa, ele afirma: “Eu acho que esta expressão – “dona de casa” - vai morrer com a mulher”. O gênero expressa que uma vez que a mulher é estigmatizada como dona de casa, não há necessidade de posicionamentos contrários, afinal, essa expressão “é da mulher, por que e pra que mudá-la?”. Como é possível observar, essa narrativa deixa evidente a “naturalização” de uma expressão que parece colada à biologia feminina.

Um aspecto interessante a destacar é que, do grupo dos 20 (vinte) homens pesquisados, 14 (quatorze) cozinham. Ficou evidenciado que, para a maioria, o cozinhar está ligado ao prazer. Um informante alega que sabe cozinhar, mas o faz não pela obrigação de fazer, pois tem empregada, mas porque gosta. Dentre eles, apenas um manifestou que não gosta de cozinhar e afirmou: “faço porque é o jeito” (João, 39 anos). Percebe-se, em suas falas, que o cozinhar, fazer a comida, preparar o alimento, é a atividade mais prazerosa. Em algumas declarações, os homens

afirmaram que a cozinha é um espaço aprazível e agradável. Nesse sentido, Marcos manifesta que “adora” cozinhar. Este se declara vegetariano macrobiótico e, segundo ele, não é à toa que chamam a “Arte da Culinária”. Para este homem, cozinhar é, de fato, uma arte e uma terapia profunda. Osmar reitera a idéia e também diz que “adora cozinhar”, afirma que, para ele, essa é a única atividade doméstica realmente prazerosa. Pode-se então apreender de seus depoimentos que, para a maioria dos pesquisados, à exceção de um, por gostarem de cozinhar, tal tarefa não se caracteriza como uma atividade doméstica, visto que esta se define por uma rotina e por um conjunto de tarefas interligadas. O que ficou evidente foi que o cozinhar surge como um hobby, ou seja, uma atividade prazerosa e agradável.

Quando questionados sobre o que pensavam sobre as atividades domésticas, a maioria dos homens, com exceção de um, afirmou que estas são atividades “necessárias”, “importantes” e “fundamentais”. Entretanto, eles reconhecem que são, ao mesmo tempo, atividades “desgastantes”, “repetitivas” e “rotineiras”. Na visão de um deles, as atividades domésticas “são as coisas mais enfadonhas do mundo” (Roberto, 47, anos). A fala de Mário evidencia esta percepção:

Tem que valorizar porque são atividades fundamentais, você só sabe a importância que é a atividade doméstica quando você deixa de tê-las alguém que as faça. Aí você começa a ver a importância. Puxa vida! Tem que ir lá lavar roupa! Puxa vida, a sujeira! Puxa vida é a comida! (MÁRIO, 44 anos).

Carlos legitima a fala de Mário ao declarar que: “[...] fazer uma comida é fundamental; uma casa limpa é fundamental; um ambiente limpo é fundamental; um banheiro limpo é fundamental...”. Rafael (44anos) também reforça essa visão, pois, para ele, é pre-

ciso dar manutenção e limpeza à casa. É preciso cuidar do ambiente onde se mora, e, por mais enfadonhas, cansativas e repetitivas que sejam, as atividades domésticas são essenciais. Observa-se que suas narrativas apontam para um reconhecimento da importância e da necessidade das atividades domésticas. Entretanto, não aludem ao fato de que são tarefas também deles e que devem ser compartilhadas e divididas com outros membros da família, quando não têm empregadas domésticas.

Com exceção de Célio, Marcos e Luis, nenhum outro afirma participar ativamente das atividades de casa. Aqui as marcas de gênero se manifestam ao se aludir à importância e à necessidade das lidas domésticas, sem, contudo, admitir que tais lidas também são de responsabilidade dos homens. Com isso, a lógica desigual revela o poder de gênero.

Os dados mostraram que o tempo de dedicação aos afazeres domésticos diminui com o aumento da renda e da escolaridade. Os homens com maior rendimento e com maior escolaridade se mostraram mais distantes da execução das tarefas domésticas e dos cuidados com a casa. Porém, os separados e o único solteiro do grupo se mostraram atuantes dentro do espaço doméstico. Mesmo os que têm empregada doméstica revelam que têm participação nas lidas da casa. Provavelmente por não terem em seu ambiente doméstico a figura da mulher, esposa e dona de casa, esses homens se aproximem mais da execução das atividades domésticas.

De fato, como afirma Bruschini (2007), o aumento no nível de rendimento e de escolaridade tende a diminuir a participação e a dedicação dos homens às tarefas domésticas. Isso aponta para o modelo tradicional da divisão sexual do trabalho. Ou seja, quanto melhor ganha o homem, assumindo a função de provedor, menos ele se identifica com as funções domésticas. Nas narrativas dos entrevistados, são contundentes as marcas de gênero que se cristalizam

num discurso com conotações de que o trabalho doméstico é “função de mulher”.

Embora o século XXI se evidencie como o século das transformações nas práticas tradicionais do mercado de trabalho, no qual as mulheres estão cada dia mais participativas, mantendo sua permanência na esfera econômica da produção; no que tange às lidas domésticas, aos cuidados com a casa e com os filhos, percebe-se que ainda há continuidade e permanência de modelos tradicionais familiares. Dito com outras palavras, ainda há a “naturalização” da unidade doméstica como sendo espaço da mulher.

Algumas pesquisadoras, como Araújo (2007), Scalon (2007) e Picanço (2007), têm se debruçado com constância, nas temáticas sobre gênero, família e trabalho, a fim de identificar, compreender e analisar como homens e mulheres conciliam seus conflitos entre vida familiar e atividades do trabalho remunerado. O que se constata é que existem permanências quanto às tradições das mulheres reproduzirem esse trabalho social. Contudo, estudos apontam alguns deslocamentos, como os que enfocam as tensões e as conciliações entre a vida familiar e a vida doméstica no mundo contemporâneo.

Araújo et al (2007) analisaram, através de uma perspectiva comparada entre vários países (Brasil, Espanha, Portugal, França, Inglaterra, Chile e Suécia), as articulações entre homens e mulheres, observando como estes lidavam com as atividades domésticas, a família e o trabalho remunerado fora de casa, e constataram que os homens brasileiros são bem menos conservadores em seus conceitos quanto ao papel da mulher no mercado de trabalho do que os japoneses, a despeito das diferenças socioeconômicas entre os dois países. Por outro lado, os homens suecos são mais abertos, em relação à divisão do trabalho doméstico e à maternidade, do que os homens brasileiros.

Para alguns homens, as lidas do-

mésticas estão intrinsecamente ligadas à vida cotidiana familiar. As narrativas de alguns dos pesquisados não deixaram dúvidas de que os afazeres de casa são considerados como um trabalho. Conforme alguns deles, o trabalho é a primeira instância da vida, é o que dá legitimidade ao homem e em suas narrativas, estes se referem ao trabalho remunerado da esfera pública. Declarações como “o trabalho faz o homem”, “o trabalho dá dignidade ao homem” e “sem o trabalho o homem não é nada” sugerem que o homem só tem caráter, atitude e moral se for uma pessoa trabalhadora. Outras declarações apontam que o trabalho é aquele que é remunerado, e que, sem este, nada se justifica. Há uma vinculação muito forte da atividade econômica com o sentimento de realização profissional.

Num sentido oposto, Marcos assevera que “o trabalho pode ser remunerado ou não”. Nesse caso, ele sugere que os afazeres domésticos podem ser considerados como “trabalho não remunerado”. Carlos reforça esse argumento, sugerindo que o trabalho não se sustenta somente na esfera da sobrevivência e da necessidade. Segundo ele, o trabalho “é toda a realização, seja ela intelectual ou braçal”. Aproximando-se do senso comum, o que fica manifesto é que o trabalho remunerado confere, ao homem, a capacidade de ser provedor e, assim, manter a família. Notou-se, portanto, que isso parece ser usado como pré-requisito fundamental para as relações sociais e vida familiar além do prestígio pessoal que isso significa para muitos homens (BORIS, 2002). Nessa linha de raciocínio, Nolasco (1993) atenta para o fato de que tanto o desempenho sexual quanto o trabalho remunerado funcionam para o homem como as principais referências para a construção de sua masculinidade. Como base da identidade, o trabalho é a primeira estrutura que vai dispor comportamentos e modos de “agir e pensar dos homens”. De fato, constata-se que, para a maioria

dos entrevistados, o trabalho remunerado “é a essência da vida”, e, sem ele, não há condição de “vida digna”.

Alguns homens consideram os afazeres domésticos como um trabalho, e um dos mais pesados. Mas, para Roberto, não é somente um trabalho, “é um supertrabalho”. Apesar disso, alguns homens afirmam não entenderem que esses afazeres possam ser considerados como um trabalho, pois são “apenas” uma atividade. Para estes informantes, o fato de esses afazeres não pressuporem nenhuma remuneração não os permite serem caracterizados como um trabalho. Henrique (61 anos) vai mais além e assegura que o exercício das tarefas domésticas não é trabalho, “pois não existe uma finalidade lucrativa e não é gerador de mercadoria”. Esse é um ponto de tensão de suas narrativas e porque alguns questionamentos são instigantes: que entendimento pode-se ter de mercadoria? Será que as lidas domésticas não geram nenhum lucro? Se as lidas domésticas são fundamentais para a reprodução social, por que são tão desvalorizadas no dia a dia das famílias? De onde vem a ideia de que dona de casa é uma categoria “menor” dentro do socius? Existe algum problema em ser dono de casa?

Percebe-se que as disposições de gênero para homens e para mulheres parecem seguir a lógica que determina os níveis nas carreiras, nas posições profissionais e nos cargos públicos, que são fortemente sexuados. É da ordem do discurso que tais disposições fomentam as divisões de tarefas. Deste modo, implica observar um aspecto importante sobre essa questão. Quando questiona o porquê da denominação de “trabalho doméstico”, Carlos assevera:

Deveria ser os mais remunerados! Muito importante! Nem sei porquê é chamado trabalho doméstico se é tão fundamental. ...é até uma forma de desvalorizar...já é difícil né?... Tão pesado e ainda criam o trabalho do-

méstico, poderia ser somente o trabalho. Eu poderia dizer escravidão doméstica... Não sei nem a origem desse nome, “trabalho doméstico” (CARLOS, 32 anos).

Carlos tem um discurso muito politizado e, na semana da entrevista, havia acabado de chegar de uma temporada de três meses na Suécia, financiada pela ONG - Organização Não Governamental – na qual trabalha. Este questiona sobre a noção de desvalorização e de negativização do trabalho na reprodução social. Comenta que, na Suécia, não há distinção e discriminação do trabalho doméstico e das donas de casa como existe aqui no Brasil. Segundo ele, na Suécia, há uma maior participação dos homens na execução do trabalho dentro de casa. Tal fato, devido talvez ao alto custo para se manter uma empregada doméstica nesse país, leva a uma divisão mais igualitária da prática das atividades domésticas, o que aponta para uma maior equidade de gênero. Sobre essa questão, a fala de Carlos é bem ilustrativa:

Quando eu fui à primeira vez e eles (colegas do trabalho) perguntaram: “o que chamou mais atenção de você na Suécia?” O que me chamou atenção a primeira vez que eu fui e eu achava que eu era um cara cabeça boa, eram tantos homens de carrinho de bebê na rua. E eu perguntava, “onde estão as mães, né? [risos] a gente só via homens com carrinho de bebê pra cima e pra baixo. Daí é legal porque agora quando a gente volta tá com uma cabeça melhor a gente tá vendo essa coisa do prazer da pessoa criar o filho, da licença maternidade também que é uma licença estendida ao pai, né? Interessante isso lá é as garantias trabalhistas. Lá é melhor para as mulheres para que elas permaneçam no mercado de trabalho e não sejam demitidas quando descobrem que estão grávidas. Por exemplo, como acontece muito com nosso país, mas, acho que a sociedade brasileira favorece muito isso, inclusive

até de maneira muito injusta como você vê que tem homens executando as mesmas funções das mulheres e os homens ganham mais como os dados comprovam isso... (CARLOS, 32 anos).

Carlos questiona os discursos culturais que caracterizam e que classificam as atividades feitas dentro de casa como sendo o “trabalho doméstico”, o que não acontece com as demais atividades no espaço público. Pensando-se nesse sentido, o que se vê no espaço público é que as pessoas trabalham, mas não se referem ao trabalho categorizando-o ou classificando-o como “menor”, conforme sugere Carlos. Este é enfático ao questionar sobre o porquê do termo “trabalho doméstico”. De fato, não há alusão ao trabalho realizado num fórum como “trabalho jurídico”, ou um trabalho dentro de um hospital como “trabalho hospitalar”, ou na universidade como “trabalho acadêmico”, ou no banco como “trabalho bancário”, ou o trabalho na construção civil como “trabalho construtor”, ou, o trabalho feito na feira como “trabalho feirante”, ou ainda o trabalho executado dentro de um restaurante como “trabalho culinário”, e por aí vai.

Célio reforça esse raciocínio quando afirma que trabalho é trabalho, não havendo necessidade de hierarquizar, de categorizar ou de distinguir o trabalho doméstico de qualquer outro realizado na esfera pública. Sua fala é bem elucidativa sobre a questão, e assegura:

Não há nenhuma diferença entre ser aqui o Célio apresentando o programa e amanhã você passa na rua e estou pintando o muro de casa, estou botando um tijolo, ou tô lavando a roupa, fazendo comida. Não vejo, mas, não vejo mesmo! ... tô lavando fralda de neném, tô ajudando menino a fazer dever de casa e tal. Não! Tô no supermercado, tô na feira comprando... Nenhuma diferença! Toda atividade pra mim nesse sentido é igual (CÉLIO, 57anos).

Deste modo, pode-se entender que suas narrativas apontam a delimitação de espaços e de zonas de fronteiras entre tarefas de homens e de mulheres como sendo da ordem do discurso de gênero. Essa noção de limite se sustenta na lógica capitalista que demarca o espaço público como dos homens e o espaço doméstico como das mulheres. Voltando-se ao discurso de Carlos, os homens acabam se valendo desse “privilegio” e mantendo “essas vantagens dessa lógica desigual do sexo”. Ele garante que é exatamente na formatação do discurso de gênero, que naturaliza as falas sociais, que tais privilégios são mantidos. Assim, é possível assegurar que o gênero cria, expressa, mantém, reforça e cristaliza enunciados femininos e masculinos.

De fato, como ressaltam Araújo et al (2007), a Suécia se caracteriza como um país com alto nível de provisão pública, o que facilita a vida das famílias e, sobretudo, das crianças. Para as pesquisadoras, a Suécia é o país do mundo que apresenta percepções mais igualitárias sobre as relações de gênero. Isso sugere que as políticas públicas com suporte às famílias estimulam percepções mais igualitárias de disposições sociais de homens e de mulheres.

Sem dúvida as condições socio-culturais e políticas de cada contexto de vivências dos sujeitos expressam padrões e tendências de comportamentos. No Brasil, mais precisamente no Nordeste, há uma maior permanência de práticas tradicionais, e, como bem asseguram Araújo et al (2007) sobre o trabalho doméstico, “há uma constante ou uma recorrência centrada em desvantagem feminina”. O que de fato ocorre é que a entrada da mulher no mercado de trabalho remunerado não reduziu sua jornada de trabalho e sua participação nas atividades domésticas. De acordo com o IBGE, os homens nordestinos têm a menor participação nacional na execução dos afazeres domésticos –

46,7% do seu tempo da semana as atividades domésticas ficando o homem solista com a maior participação nas tarefas de casa, empregando cerca de 62%.

4 Ser dono de casa é uma questão de gênero?

Gênero comporta várias interpretações e se situa num campo relacional, analítico, contextual, histórico e performativo. Para Almeida (1996), o gênero é a “última fronteira” para a reflexão crítica das Ciências Sociais. O gênero cria o sexo, ou seja, compõe identidades que são tanto pessoais quanto sociais e institui categorias masculinas e femininas. Assim, gênero acaba por exigir das pessoas uma conduta que os faça seguir um comportamento socialmente esperado. Nesse contexto, identifica-se o ponto de tensão, pois gênero cria práticas de um sistema de diferença que, por sua vez, estabelece-se, entre os sujeitos, invariável e fixo.

Os homens foram unânimes em afirmar que não se sentiam constrangidos ou incomodados ao executarem tarefas domésticas. Mesmo aqueles que não realizavam nenhum trabalho doméstico foram contundentes em reconhecer que não havia “nada demais” em executar este trabalho historicamente conferido às mulheres. Contudo, para a maioria, as mulheres se dedicam à lida da casa melhor que os homens. Falas como: “é o dia-a-dia delas”, “a mulher é mais delicada”, “as mulheres fazem melhor” e “a mulher faz com mais excelência” são declarações com fortes conotações de gênero, posto que demonstram a percepção desse trabalho como “naturalmente” da mulher.

Jair, que é separado e cuida sozinho da casa e das filhas, sugere que o trabalho doméstico feito pela mulher é bem diferente de quando executado pelo homem e assegura: “[...] nada é igual a uma mulher. A mulher [...] trata as coisas mais delicadinha [...] o homem vai lavar a louça ele não quer nem saber, ele pega e vai sabão e limpa, né?

Já é mais bruto, né? E, para limpar coisas delicadas, os homens já não levam jeito mesmo, né?”. Questionou-se a Jair por que então os homens não “levam jeito”. Sua fala sugere um antagonismo, pois ele alude a que os homens podem cozinhar bem, assim como as mulheres. Entretanto, percebe-se que, pela marca de gênero, Jair reforça que não é “da natureza do homem”, e sim “da mulher”, executar o trabalho doméstico. Júlio reforça as argumentações de Jair quando firma que “tem muita diferença, né? [...] Vixe, o homem faz diferente das mulheres. Por exemplo, lavar e passar roupa. Comida nem tanto, a maioria sabe cozinhar, é mais fácil. Essas coisas eu acho que os homens fazem diferente”. João vai mais adiante quando afirma que a esposa faz o trabalho doméstico melhor que ele. Para João, é como se ele não soubesse fazer e como se fosse mais fácil para as mulheres. Assim argumenta: “Como eu acabei de dizer, minha mulher faz atividades melhor do que eu. Acho que eu não faço tudo, eu não faço legal, deixo alguma coisa, deixo a desejar, pelo menos, eu acho”.

A partir dessas narrativas, é possível pensar que há, nas declarações, um discurso sexuado do trabalho doméstico. Possivelmente, o cotidiano doméstico desses homens é marcado por práticas e responsabilidades que estariam atreladas a estereótipos classificatórios e hierárquicos, que confirmam a “inferioridade” desse trabalho, bem como sua feminilidade. As marcas de gênero acabam por justificar uma “essência feminina” do trabalho doméstico. O que, de fato, fica evidente para alguns homens é que há nas lidas da casa um componente de identificação com o “mais fácil”, de “menor valor” e “não viril”. Não obstante a essas declarações, para outros homens, não há nenhuma diferença quanto à execução do trabalho doméstico, a não ser no tocante à força física. Para Pedro, o trabalho doméstico não é feito melhor por homens ou por mulheres, só existindo diferença se depender de força física:

Só se for alguma coisa com relação, tipo assim é... A vigor físico, sabe? Mas, a casa, as atividades você faz na casa é passar um pano, espanar, não sei o que, então, seja uma coisa pesada que uma mulher não desempenhe tão bem e que seja, não porque ele é homem e vai fazer melhor.. Não, eu não vejo dessa maneira, não... (PEDRO, 53 anos).

Leo reforça a fala de Pedro quando comenta que, se existir diferença, está na questão física. Já Eduardo afirma que, na execução do trabalho doméstico, não há diferença entre mulheres e homens, que em qualquer campo de atividade tanto homens quanto mulheres podem fazer atividades boas ou ruins.

Eu acho que em qualquer campo você... Por ser homem ou ser mulher, essa questão às vezes... Assim da força, tipo: eu tenho uma cunhada que conserta uma torneira - ela é dentista -, ela troca uma lâmpada, ela faz coisas melhor do que qualquer homem. Troca um pneu de carro numa velocidade incrível, e conheço homens... Como por exemplo, dentro da minha vida de casado, eu cozinhava de um jeito que pouquíssimas mulheres conseguiam preparar um prato que eu preparava (EDUARDO, 45 anos).

Tais declarações apontam para outra estratégia de pensamento dos homens, que sugere uma representação mais igualitária do trabalho doméstico. Eles reforçam que a “única diferença” se apóia na questão da força física.

Algumas narrativas chamaram atenção, como quando Carlos, Eduardo e Osmar citaram que certas atitudes sociais têm a ver com “questões de gênero”. Em momento algum, falou-se sobre gênero, e o conceito surgiu espontaneamente em suas narrativas. É destacada a fala pronunciada por Osmar - que é pedagogo e mora sozinho. Este ressalta que não é uma “questão de gênero” se homens e mulheres executam o traba-

lho doméstico de maneira diferenciada. Para ele, é uma questão de capacidade e de aptidão. Assim assegura:

[...] tem homens que faxinam extremamente bem, tem mulheres que faxinam extremamente bem, tem homens que cozinham maravilhosamente bem, tem mulheres que cozinham.. Não é assim inerente... Eu acho, assim, essas atividades como o trabalho de um modo geral, ele não é inerente a gênero, ele é inerente a capacidade pessoal, é da pessoa. Têm mulheres que não sabem fritar um ovo e têm homens que cozinham divinamente bem, né? Têm mulheres que não sabem varrer uma casa e têm homens que varrem... Não é uma questão de gênero, é uma questão da aptidão da pessoa mesmo (OSMAR, 31 anos).

Contudo, as lidas da casa não definem essas capacidades e aptidões. Não está inscrito nos corpos das mulheres sua maior capacidade para o trabalho doméstico, deixando os homens isentos de tais lidas, mas sim nas práticas discursivas que criam e que reforçam marcas de gênero. Logo, os processos culturais, enquanto ações simbólicas, determinam a incorporação dessas ações e das diversas formas de discursos que constroem atuações gendradas.

Essas declarações revelaram que, no universo dos 20 (vinte) homens pesquisados, pelo menos três assinalam ter algum entrosamento com “questões de gênero”. A fala de Osmar nos permite constatar que, independentemente da identidade do sujeito, a capacidade, a habilidade e a competência para o trabalho doméstico, a que homens e mulheres estão propensos, são adquiridas através dos processos de educação e de aprendizado. Mesmo que frequentemente atribua-se às mulheres as lidas domésticas, as quais o contexto social incorpora valores e práticas de gênero, certamente a realização do trabalho doméstico independe de quem o realiza, se um homem ou uma mulher.

Conforme se afirmou anteriormente, o gênero cria ações, lugares, espaços, posturas e comportamentos masculinos e femininos num campo de diferenças entre homens e mulheres. Para Almeida (1995), o discurso de gênero cria ideias e noções que apóiam as ações e condutas de cada sexo dentro de um determinado contexto. Assim, quanto menos letrado for o contexto, mais difícil é a delimitação dos discursos de gênero. Portanto, não é o fato de ser homem ou de ser mulher que faz alguém desempenhar melhor ou pior uma determinada tarefa. Para Strathern (2006), é por meio da representação de gênero que se organizam os conceitos de simetria e de assimetria, ou melhor, de desigualdade e de igualdade.

Seguramente é o gênero que cria a diferença entre homens e mulheres assentada nos corpos. Os sujeitos escolhem adotar certo corpo, com uma maneira conveniente de viver e experimentar seu próprio corpo. Todavia os sujeitos estão subordinados a prescrições e a sanções de interpretação das normas de gênero, de maneira que tais normas organizam a luz das decodificações simbólicas culturais de gênero, qual a melhor forma de experienciar este seu corpo.

É preciso que se diga que a “natureza biológica” dos sujeitos é autorizada pela “natureza social”, e, deste modo, homens e mulheres tecem suas performances e suas identidades. O gênero cria e expressa uma condição de diferença, e, assim, os sujeitos constroem, sublimam e identificam o que para si serão suas “vestimentas” para demarcar quem são.

Não há uma sociedade que prescinda das lidas do espaço doméstico, como fazer comida, lavar roupa, organizar a casa, cuidar dos filhos, etc., já que tais atividades são vitais para a reprodução social. Diferentes antropólogos (as) mostraram que a cultura e a sociedade distinguem-se por criarem suas próprias

maneiras, formas, configurações e organizações tanto de sociabilidade quanto de relações de gênero, e que cada cultura articula o modo como essas atividades são executadas dentro do espaço de convivência familiar.

Estudos apontam que há constantes conflitos no universo doméstico, e a divisão sexual do trabalho é, muitas vezes, a chave dessas tensões. Historicamente, as mulheres tiveram que conciliar suas vivências entre os cuidados com a casa e a atuação no trabalho fora dela. O que se percebe é que há persistência de assimetrias de gênero quanto à distribuição do trabalho doméstico e aos cuidados interpessoais com os membros das famílias (ARAÚJO et al, 2007). Embora os estudos também sinalizem algumas mudanças quanto a esse modelo com o enfraquecimento do patriarcado, principalmente nas hierarquias de direitos e de decisões dentro de casa, o que se constata, ainda, é a forte permanência das mulheres nas lidas domésticas, de modo que acumulam dois turnos de trabalho.

Araújo et al (2007) ressaltam que o caráter complexo e diversificado das dinâmicas conjugais e organizações familiares não são processos constantes e lineares. Há que se observar, nas análises, a associação de padrões “modernos ocidentalizados”, levando em consideração a diversidade das características familiares e o tratamento dado às mulheres dentro de processos históricos, lembrando-se que mesmo com o enfraquecimento do patriarcado, ainda existe uma constância de relações de gênero centrada “pela natureza falocrática das vantagens masculinas”.

No universo dos 20 (vinte) homens entrevistados, apenas 7 (sete) declararam ter tido algum tipo de informação, orientação, cobrança e incentivo na execução das lidas domésticas. O que ficou evidente nas falas destes entrevistados foi que estes se mostraram mais abertos, aptos e disponíveis no desempenho do trabalho doméstico.

Alguns homens comentaram que não foi propriamente uma educação, no sentido de ensinamento específico para o trabalho doméstico, e sim as condições financeiras, bem como a necessidade familiar, o que possibilitou um aprendizado para o desempenho desse trabalho. A infância e a adolescência desses homens foram marcadas por dificuldades econômicas, o que certamente contribuiu para que, nesse período de suas vidas, estes participassem das atividades domésticas, não havendo, todavia, a intenção de compreender a importância de tal trabalho, mas apenas a necessidade de “ajudar” suas mães nas lidas da casa. Possivelmente, por serem crianças, a execução de tais tarefas não seria seguramente uma “obrigação” ou um “compromisso”; contudo, parece que esses homens acabaram incorporando a noção de “ajuda” no trabalho doméstico, concepção que levam até sua fase adulta. Tal concepção é percebida no manifesto de alguns quando asseguram que “ajudam em casa” e o afirmam como sendo um grande feito. Portanto, não parece haver a noção de “dever” na participação nas atividades domésticas, não existindo a ideia de contribuir igualmente com a esposa, com a companheira ou com a mãe nas tarefas domésticas. Os homens acabavam delineando uma atitude e uma conduta de “favor” e de “auxílio”, não havendo um compromisso familiar compartilhado para a reprodução social do cotidiano no qual estão inseridos e o qual beneficia a todos.

A maioria dos homens entrevistados não teve, de fato, nenhuma orientação sobre a execução do trabalho doméstico. Segundo alguns relatos, suas mães tiveram forte influência em não deixá-los desempenhar qualquer tarefa em casa. A fala de Ivo é bem elucidativa quanto a essa questão: “a criação, lá em casa, homem era macho, e macho não fazia certas coisas”. A fala de Alex também expressa tal posicionamento quando afirma que o ambiente familiar propiciou o “não fazer” do trabalho doméstico. Assim, Alex declara:

Eu sou filho de fazendeiro. Meu pai era homem rico do sertão. Nós somos seis filhos. Cada qual tinha uma prima, ou tia, ou babá. Eu não tirava nem a meia do pé, levantava o pé e ela tirava. Ela dava meu banho, escovava meus dentes. Só que com 8, 9, 10 anos... Minha mãe tinha parentes agregados lá em casa e duas ou três empregadas, jardineiro, cozinheira, babá, copeira... Tudo dentro de casa, ninguém levantava um prego (ALEX, 44 anos).

Para esses homens, a mãe, juntamente com o ambiente familiar e com a presença de empregadas domésticas, possivelmente tiveram forte influência em suas condutas e comportamentos. Ao que parece, não havia uma cobrança ou uma solicitação para se empenharem nas atividades domésticas, nem que fosse arrumar a própria cama ou guardar a própria roupa. Fica evidente que o gênero se manifesta, criando comportamentos, condutas e atitudes, nas quais os meninos têm, em suas mães, fortes aliadas para sua formação adulta.

Com efeito, pensando-se nesse sentido, observa-se o que argumenta a psicóloga Hillesheim (2004) em seu estudo sobre trabalho doméstico. Esta sustenta que o modo como as famílias distribuem e dividem as tarefas entre os meninos e as meninas dentro de casa é revelador tanto de uma relação com “o trabalho e as suas estratégias de sobrevivência quanto na dinâmica e na socialização de gênero entre as crianças”. A autora cita Kergoat (1996), que chama atenção para a divisão sexual do trabalho e para como este deve ser problematizado, pois reflete o quanto as atividades são hierarquizadas socialmente, fazendo surgir uma forma de poder sobre os sexos.

Para Hillesheim (2004), as crianças revelam o quanto o trabalho doméstico é “natural” para as meninas e o quanto estas participam ativamente das lidas domésticas, sendo, para elas, uma carga bem maior. Já os meninos

não se comprometem com o trabalho doméstico e, quando o fazem, costumam realizar tarefas condizentes “com um trabalho masculino”. À medida que os meninos crescem, esses serviços vão sendo abandonados, e, em camadas médias e populares, a participação dos meninos no trabalho doméstico não representa significativas mudanças nas relações de gênero. Segundo a autora, quer os meninos desempenhem ou quer não desempenhem o trabalho doméstico, a desigualdade na execução deste trabalho continua existindo.

Quando questionados se existiam homens donos de casa, a maioria dos homens pesquisados assegurou que sim, mas que a sociedade não os legitima. Três informantes afirmaram que não existem, e dois sugeriram que, se existirem, nos mesmos termos em que a sociedade concebe mulher dona de casa, são muito poucos. Rafael sugere que, muito embora a sociedade não os legitime, e, apesar de não serem tão comuns, eles existem e que ser ou não dono de casa tem ligação com a cultura e com o modo como os próprios homens e a sociedade percebem essa questão. Tal argumentação deixa evidente que o informante reconhece que condutas e comportamentos dos homens se apóiam nos processos culturais e assinala que demandará algum tempo até o homem, ou melhor, a sociedade perceber as lidas de casa como de igual responsabilidade de homens e mulheres. Apenas um homem, Jair, afirmou que existem, e se intitulou ele próprio um típico homem dono de casa.

Conforme foi comentado acima, Célio chama atenção para a expressão dona de casa. Segundo ele, tal expressão “vai morrer com a mulher”. O que fica em aberto não é o ser ou não ser dono ou dona de casa, mas sim o fato de quem desempenha, de fato, o papel de uma dona de casa, ou seja, quem assume a responsabilidade pelas lidas domésticas. Para Célio, há muitos homens que são “verdadeiras” donas de casa.

Eduardo coaduna com a ideia de Célio ao afirmar que não é uma questão de ser dono ou ser dona de casa, mas uma questão de quem administra, organiza ou conduz os serviços domésticos. Ainda sobre esse ponto de vista, Henrique afirma que há homens “donos de casa” melhores do que muitas mulheres.

Como é perceptível, há convergências em algumas falas no sentido de reconhecer que eles, os donos de casa, de fato existem, mas que a sociedade não legitima, não valida ou autentica os homens como tais. Para a maioria, esse pensamento se apóia na sociedade machista, e muitos têm dificuldade de incorporar essa expressão como socialmente validada. Alguns homens afirmam que eles existem, mas não se autolegitimam. Uma declaração elucidativa da questão ecoa da fala de Leo, que assevera:

“[...] Mas eu acho que nem a sociedade legitima isso, nem o próprio ‘dono de casa’ se autolegitima como ‘dono de casa’. Ele sempre diz, pelo menos nas vezes que eu tive essa informação, ou em televisão, ou em imprensa e tal, não é porque nesse momento eu to sem emprego, então, eu to aqui passando um tempo cuidando dos filhos. Mas ele mesmo, eu nunca vi um homem se autodenominar, como a mulher às vezes faz, como ‘dona de casa’. Toda mulher, num modo de dizer, passou a vida toda dizendo isso Qual a sua profissão? Dona de Casa. Minha mãe nunca trabalhou, até casar com o papai, depois como o papai realmente era criado numa sociedade patriarcal, quando a mamãe casou não podia trabalhar, era automático isso, pra cuidar dos filhos, ser dona de casa. Papai sim trabalhava. Então ela deixou de trabalhar e passou a vida toda sendo isso né? Ser dona de casa. Eu acho que um homem não faria isso, por ele mesmo ou pela própria aceitação da sociedade. A mulher que não trabalha é colocada como ‘dona de casa’ (LEO, 47 anos).

A fala de Leo deixa claro que o gênero sexualiza o que é ser dono ou ser dona de casa. As relações de gênero, por sua vez, incorporam, nos corpos, a lógica vivenciada pelas articulações sociais entre homens e mulheres, ou seja, a lógica das relações de poder. O que se constata é que as práticas discursivas determinam ações, valores e comportamentos, nos quais certas circunstâncias, situações, vivências e experiências dos homens na domesticidade podem até ser necessárias, mas que, no entanto, as lidas diárias e o espaço doméstico possuem um caráter que os fundamenta como sendo das mulheres. O gênero, portanto, acaba classificando e hierarquizando os campos de atuação de homens e de mulheres; é a partir dele que os sujeitos estabelecem, constituem e fundem suas conexões, tramas e ligações de poder nas relações sociais. Para Roberto, o que ocorre são casos esparsos e esporádicos, o que não justificaria ou não permitiria, segundo ele, a legitimação da categoria dono de casa. Ele acredita ser bastante pequeno o universo que comporta os homens que seriam donos de casa.

Certamente, uma análise mais ampla aponta para a premissa de que, para alguns homens, as demandas domésticas só lhes dizem respeito quando não situadas na esfera do mercado de trabalho remunerado, ou quando são/estão solteiros, separados, viúvos ou divorciados, e que é somente por necessidade que as lidas domésticas fazem parte de sua rotina. Aparentemente, não entendem o trabalho doméstico como atributo, obrigação e compromisso tanto de homens quanto de mulheres, nem o percebem como um trabalho que é importante para reprodução social familiar e que diz respeito a todos os membros da família. Parece ser um trabalho que, quando executado, vem incorporado com aspectos de “ajuda”, “de auxílio”, de “apoio” ou de “favor”.

Algumas falas chamaram atenção. Uma delas, pronunciada por Alex,

que foi categórico em assumir que não gostaria de ser chamado de dono de casa. A outra, proferida por Jair, que foi contundente em afirmar e confirmar que é um dono de casa: “eu sou um dono de casa! Eu me considero! Com certeza eu sou, com certeza, absoluta! E existem muitos também...”. Já o discurso de Osmar reforça a ideia de que os homens estão mudando, logo ser um dono de casa é uma questão de tempo, e que “estes estão em processo de legitimação e que, aos poucos, a sociedade, ela está mudando nesse sentido de gênero”. Este é enfático ao afirmar que:

[...] é a questão mesmo, de mudança de paradigma da própria sociedade na questão de começar, de vê isso, de aceitar com normalidade [...] demorou muito tempo assim, a luta pela emancipação feminina é da década de 70 né? [...] É um processo lento, mas também a gente tem que vê, foram o que? Foram 5mil anos pra trás de machismo, né? De repressão, tudo mais (OSMAR, 31 anos).

É possível afirmar que, muito embora alguns homens reconheçam a necessidade e importância do trabalho doméstico, o que se constata é a permanência da tradicionalização da ideia de que as lidas domésticas dizem respeito às mulheres. Provavelmente, há, para os homens, um princípio social masculino, tecido nas tramas de valores tradicionais que fundamentam a identidade no campo biológico, que confere aos homens o status de “machos”. Dessa forma, tudo que alguns homens pensam, fazem, criam, instituem, estabelecem, organizam e inventam está intensamente calçado numa noção social e historicamente construída de que, se nasceram com a genitália do macho humano, serão, portanto, “homens-machos”. Tais comportamentos instruem um status masculino que combina dominação e hierarquia, conformando disposições nas quais estes incorporam práticas discursivas em que os homens associam o universo da casa

como sendo da mulher e, conseqüentemente, não pertencente a eles.

Nesses termos, cabe salientar que tanto o contexto social quanto o ambiente familiar, e mesmo as próprias mães ao educarem seus filhos com suas incorporações de “natureza materna”, reforçam e sedimentam marcas de gênero.

5 Considerações finais

Com base nas análises feitas neste trabalho, cabem algumas considerações. De fato, as noções sobre as lidas domésticas e masculinidades distinguem-se conforme a época, a cultura, a camada social, o grau de instrução, a orientação sexual, a raça e a idade do homem. Tal heterogeneidade sugere que o homem é construído, elaborado e instruído culturalmente. Desse modo, a masculinidade pode ser convertida, modificada e deslocada tanto para homens quanto para mulheres, não existindo, portanto, na masculinidade, uma virilidade em si mesma. A disposição dos homens para executar o trabalho doméstico e para cuidar da casa depende significativamente de suas articulações e de suas interações no seu contexto sociocultural.

Parece evidente que os homens mantêm uma “verdade” quanto às suas posturas, suas condutas e seus comportamentos, percebendo-as como sendo de uma ordem “natural”. Tal fato revela que, para muitos, há uma “verdadeira” masculinidade, que legitima através de seus mecanismos de poder, o que é de fato “verdade”. Observando-se essa questão do poder, reporta-se às argumentações de Foucault (1988), para quem há uma política e um regime da “verdade sobre o sexo”, no qual cada sociedade regulariza discursos de poder que serão produzidos e determinados como verdadeiros ou como falsos. Para Foucault, o poder tem duas configurações: é opressor e normativo. Quando o poder oprime, o mesmo nega, invalida e proíbe, e quando o poder é normativo, instiga a falar, a produzir e a agir, acabando por provocar uma trama

de dominação, ou seja, uma imbricação de poder e de saber.

Fazendo-se uma genealogia para analisar a historicidade desses discursos e as suas implicações de poder, Foucault parte do pressuposto de que decodificar a linguagem não é uma atividade metafísica de desvendar algo escondido na origem. Igualmente, decodificar é apropriar-se de uma técnica de produção da “verdade” que, em si, não tem significado fundamental. O que sugere Foucault é que se deve encaminhar e direcionar esse sistema de regras, essa técnica da produção da verdade, no sentido de atribuir uma nova interpretação, ou seja, decodificação. A metodologia genealógica delinea um movimento de lutas em volta da produção da verdade e do poder. Portanto, a genealogia de Foucault procura investigar uma alteração que não se reduz à área da comunicação, mas que integra sistemas e normas de produção de saberes que confirmam, corroboram, produzem e compartilham esquemas de poder. É possível, então, inferir que os homens incorporam a “verdade” sobre seu sexo, atribuindo-a uma valorização do corpo que lhes confere status, primazia e poder. Com isso, o gênero acaba por tornar os sexos e os códigos de masculinidade uma norma social de heterossexualidade.

Assim, gênero tem sido utilizado para teorizar a questão da diferença sexual, questionando as disposições sociais de homens e de mulheres. Como categoria analítica, o gênero permite que se entenda que as condições de homens e de mulheres são produto de uma complexa “engenharia” social (SCOTT, 1990). Gênero apresenta-se, portanto, como uma construção contextualizada que envolve valores, atitudes, ideologias, práticas, comportamentos, preconceitos e estereótipos socioculturais, condicionando, reforçando e determinando fatores da vida cotidiana dos sujeitos. As questões de gênero se fazem ainda mais pertinentes quando se pretende repensar ações sócio-culturais sob a ótica da linguagem simbólica, pois, no espaço da casa, são estruturadas ati-

tudes, práticas e valores que se refletem também fora dela. Percebemos que o espaço doméstico se mostra um ambiente bastante criativo para se pensar formas de influência capazes de resultar em novas práticas e em novos hábitos para homens e para mulheres.

O presente estudo evidenciou que, para alguns dos entrevistados, pode até existir homens donos de casa; no entanto, a sociedade não os legitima nos mesmos moldes e termos das mulheres donas de casa. Alguns entrevistados não conseguem alterar e alargar suas imagens e suas representações acerca do espaço doméstico como sendo lugar de homens e de mulheres. Quando se referem às atividades da casa, os homens geralmente expressam concepções de “ajuda”, “auxílio” ou “favor”. Apesar das mudanças, a masculinidade como um lugar simbólico ainda é bastante valorizada e reivindicada, o que está em xeque são os critérios de avaliação, percepção, julgamento e classificação que as práticas discursivas atribuem ao mundo social. Os homens parecem resistir às situações e às circunstâncias quando se vêem frente a frente com as lidas domésticas, aprendendo, desde cedo, a rejeitá-las e construindo, ao longo de suas vivências e de suas experiências, discursos e narrativas que deixam profundas e intensas marcas de gênero na casa.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, M.V. **Senhores de si**: uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século, 1995.

_____. **Gênero, masculinidade e poder**: revendo um caso ao sul de Portugal. Anuário Antropológico/95. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 161-189.

_____. **Flores do colonialismo**: masculinidade numa perspectiva antropológica. Cadernos Pagu. Campinas, SP: UNICAMP, 1998. v. 11, 229 p.

ARAÚJO, C.; PICANÇO, F.; SCALON, C. **Novas conciliações e antigas tensões?** Gênero, família e trabalho numa perspectiva comparada. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

BERNARD, H.R. **Research methods in anthropology**: qualitative and quantitative approaches. American Journal of Evaluation, p. 91-92, 1996.

BORIS, G.D.J.B. **Falas de homens**: a construção da subjetividade masculina. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002.

BRUSCHINNI, C. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? In: ARAÚJO, C.; PICANÇO, F.; SCALON, C. **Novas conciliações e antigas tensões?** Gênero, família e trabalho numa perspectiva comparada. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
CARVALHO, V.C. de. **Gênero e artefato**: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo, 1879-1920. São Paulo: Editora USP, 2008.

CECCHETTO, F.R. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CONDÉ, M.L.L. Apresentação In: CAVALCANTE, A.C.; ALBUQUERQUE, A.C.; HARAWAY, D. **Gênero para um dicionário marxista**: a política sexual de uma palavra. Cadernos Pagu. Campinas, SP: UNICAMP, 2004. p. 201-246.

HEILBORN, M.L. **Dois é par**: gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

COSTA, C.L. **O leito do procusto**: gênero, linguagem e as teorias feministas. Cadernos Pagu. Campinas, SP: UNICAMP, 1994. p.141 - 174.

- FONSECA, A.J.M.S. A identidade masculina segundo Robert Bly: o paradoxo entre o real e o imaginário. 1998. **Dissertação** (Mestrado) – Universidade Aberta, Lisboa. Disponível em: <http://www.europrofem.org/contri/2_10_pt/fonseca/Ana%200.htm> Acesso: em 07 nov. 2007.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. A vontade do saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. v. 1.
- HILLESHEIM, B. **Infância e trabalho**: feminino e masculino em construção. Santa Cruz do Sul: Barbarói - USCS, 2004. n. 20, p. 61-70
- JESUS, C.R. **Dilemas da Sociedade do Trabalho**. Belo horizonte: Argvmentvm,2008.
- MATOS, M.M.A. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 16(2): maio-agosto/2008. 333-357.
- NOLASCO, S. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- OLIVEIRA, P.P. **A construção social da masculinidade**. Belo horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.
- PEREIRA, V.L. Gênero: dilemas de um conceito. In: **Gênero cultura**: questões contemporâneas. Porto Alegre: EDIPURCS, 2004. p. 173-198.
- PICANÇO, F.S. Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e a vida familiar. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FVG, 2005. p. 149-172.
- PISCITELLI, A. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis, RJ: Ed. Mulheres, 2004. p. 43-66.
- RIBEIRO, C.R.; SIQUEIRA, V.H.F. O novo homem na mídia: (re)significações por homens docentes. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, p. 217-241, jan./abr. 2007.
- RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis, RJ: Ed. Mulheres, 1998. p. 21- 41.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, [s.d.].
- STRATHERN, M. **O gênero da dádiva**: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na melanésia. Campinas, SP: UNICAMP, 2006.
- WELZER-LANG, D. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In: **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004. p. 107-128.